

NOTAS SOBRE CIDADES MÉDIAS: uma proposta para a Bahia*

Notes about Medium Cities: a proposal to Bahia

Notas sobre Ciudades Medias: una propuesta para la Bahia

Patricia Chame Dias**
Mayara Mychella Sena Araújo***

RESUMO

O propósito deste artigo é estimular reflexões em torno dos termos cidade, urbano e cidade média, com vistas a propor critérios que, considerando as especificidades da rede urbana da Bahia, permitam identificar suas cidades médias. Certamente que por se tratar, ao mesmo tempo, de um debate teórico e um exercício de identificação, não se esgota aqui o tema em pauta. Com este texto pretende-se estabelecer um ponto de partida para a posterior elaboração de estudos mais aprofundados sobre tal questão e que deem conta das singularidades dessas cidades. Entende-se ainda que seus resultados podem servir de subsídio a pesquisas similares a serem realizadas em outras unidades da Federação. Inicialmente, apresentam-se algumas ideias e conceitos, postos por diferentes autores, sobre cidade e sua relação com a urbanização decorrente do processo de industrialização. Faz-se em seguida uma reflexão do tema cidade média, em que se analisam questões referentes ao tamanho demográfico como princípio para sua identificação, suas características e papéis. Partindo-se dessas considerações e da análise de algumas das peculiaridades da rede urbana do Estado, propõe-se um conjunto de critérios básicos para verificar quais de suas sedes municipais seriam assim categorizadas. Por fim, tecem-se argumentações adicionais sobre o tema, realçando a importância de estudá-lo.

Palavras-chave: Cidades médias. Cidade. Urbanização. Rede urbana. Articulação regional. Bahia.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to stimulate discussions on the terms city, urban and medium-sized city, with a view to proposing criteria which, considering the specificities of the urban network of Bahia, allow to identify their medium-sized cities. Certainly because it deals, at the same time, of a theoretical debate and a mapping exercise, here does not dissipate the subject at hand. With this paper we intend to establish a starting point for the posterior elaboration of deepening studies about this question and give account of the singularities of these cities. It is

* As autoras agradecem a contribuição de Rosa Moura, pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), pelas críticas, sugestões e questionamentos que nortearam este trabalho, ao tempo em que a isentam de quaisquer equívocos porventura cometidos.

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da Bahia, pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. E-mail: patriciadias@sei.ba.gov.br

*** Urbanista, mestre em Geografia pela UFBA, pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. E-mail: mayara@sei.ba.gov.br

Artigo recebido em setembro/2011 e aceito para publicação em dezembro/2011.

understood though its results may provide of subsidies to similar researches to be conducted in other states. This work finds itself divided into four parts, and a brief introduction. Initially, we presented some ideas and concepts, made ??by different authors, about city and its relationship with urbanization due to industrialization. The second topic was realized a reflection of the theme medium-sized city, which reviews questions related to population size as a principle for their identification, characteristics and roles. Based on these considerations and analysis of some of the peculiarities of the urban network of state, proposed a set of basic criterions to see which of their municipal seats would be so categorized. Finally, we had woven additional discussions on this subject, highlighting the importance of studying it.

Keywords: Medium-sized cities. City. Urbanization. Urban network. Regional articulation. Bahia.

RESUMEN

El propósito de este texto es estimular reflexiones alrededor de los términos ciudad, urbano y ciudad media, con el fin de proponer criterios que, considerando las especificidades de la red urbana de la Bahia, permitan identificar sus ciudades medias. Por tratarse, al mismo tiempo, de un debate teórico y un ejercicio de identificación, aquí no agota el argumento en pauta. Con este texto se pretende establecer un punto de partida para la posterior elaboración de estudios más profundizados sobre tal cuestión y dar cuenta de las singularidades de esas ciudades. Se entiende aún que sus resultados pueden servir de subsidios a investigaciones similares que se realicen en otras unidades de la Federación. Ese trabajo se encuentra estructurado en cuatro partes, además de una breve introducción. Inicialmente, se presentan algunas ideas y conceptos, puestos por diferentes autores, sobre ciudad y su relación con la urbanización debido al proceso de industrialización. En el segundo tópico se realiza una reflexión del tema ciudad media, en lo cual se analizan cuestiones referentes al tamaño demográfico como principio para su identificación, sus características y papeles. Partiéndose de esas consideraciones y del análisis de algunas de las peculiaridades de la red urbana del Estado, se propone un conjunto de criterios básicos para verificar cuales de sus sedes municipales serían así categorizadas. Por fin, son tejidas argumentaciones adicionales sobre dicho tema, realzando la importancia en estudiarlo.

Palabras-clave: Ciudades medias. Ciudad. Urbanización. Red urbana. Articulación regional. Bahia.

INTRODUÇÃO

As cidades da Bahia têm sido objeto de uma série de estudos e pesquisas elaborados nas instâncias acadêmica e de planejamento. Todavia, raramente há uma tentativa de verificar as articulações que elas estabelecem entre si e os papéis que exercem na dinâmica urbana estadual. Mais propriamente, embora se verifique uma certa profusão de trabalhos sobre as regiões existentes no interior do estado, em particular a formada pela metrópole, nos anos mais recentes, revelaram-se raras as análises sobre a rede urbana baiana, sendo mais comuns estudos direcionados à avaliação de um ou outro centro urbano e de proposição de hierarquias a partir de suas características demográficas, econômicas ou sociais, por exemplo (SUPERINTENDÊNCIA, 2010).

Diante dessa constatação, e tendo em conta as mudanças na estrutura social e econômica assistidas na Bahia, a partir dos anos 1980, entendeu-se ser oportuno averiguar a dinâmica urbana baiana nas últimas décadas, pensando-se na forma e nos processos que resultaram na produção de sua rede. Eis que surgiram questões a respeito das cidades, em particular sobre os centros que exercem funções de intermediação. Basicamente, indagou-se: quais são as cidades médias da Bahia? Que papéis desempenham e quais suas especificidades funcionais? Este texto constitui-se num ponto inicial para a elaboração de um estudo de maior amplitude, no qual se realizem discussões mais profícuas, que respondam a esses questionamentos. Nesses termos, sua proposta é a de, considerando as distintas vertentes e debates teóricos elaborados por diferentes autores sobre o tema e o perfil da rede urbana da Bahia, apresentar critérios para identificar suas cidades médias.

Nota-se que por ter sido feita, ao mesmo tempo, uma discussão teórica e um exercício de identificação, não se tem a pretensão de esgotar o tema aventado. Realça-se que a intenção é a de elaborar um conceito operacional dessas cidades tendo em vista a realização de estudos futuros. Outro aspecto que merece ser apontado é que, para os fins deste artigo, além da literatura mais geral sobre o tema entendeu-se ser necessário apresentar, ainda que bastante sucintas, informações sobre a dinâmica urbana da Bahia.

Com essa perspectiva, organizou-se este trabalho em quatro itens, além desta introdução. No primeiro, apresentam-se algumas ideias e conceitos sobre cidade e sua relação com o processo de urbanização engendrado pelo capitalismo. Na segunda parte, faz-se uma reflexão sobre a expressão cidade média, com ênfase na questão do tamanho demográfico como princípio para categorizá-la, nas suas características e papéis na rede. Segue-se um item no qual, a partir do que foi tratado anteriormente e de breves comentários sobre a dinâmica urbana do estado, há um exercício com vistas à identificação de suas cidades médias. Por fim, têm-se algumas considerações adicionais sobre o tema, enfatizando a importância de estudá-lo.

1 RELAÇÕES ENTRE CIDADE E URBANIZAÇÃO

O estudo do tema cidade – sua organização interna, elementos de consolidação, papéis em uma dada rede urbana e formas de articulação — não é algo recente na literatura científica. Esta assertiva se comprova, por exemplo, pela densidade do trabalho de Vasconcelos (1999), que analisou, minuciosamente, mais de 300 obras datadas dos séculos XIX e XX, elaboradas no âmbito das distintas ciências, voltadas à compreensão da realidade urbana. Dessa leitura, algo que salta aos olhos é a diversidade de interpretações sobre o que é uma cidade, a variedade de indicações de métodos para avaliá-la e, ainda, para estabelecer os eventos e fatores que mais contribuem para sua formação e definição funcional. Por isso mesmo, o autor advertiu quanto à necessidade de explicar os conceitos considerando os pressupostos sobre os quais foram elaborados, sejam os de bases científicas ou aqueles referentes ao contexto temporal e espacial. Depreende-se, pois, que assim como as cidades se distinguem entre si e conforme os movimentos da sociedade no transcurso da história (SANTOS, 2005; CORRÊA, 1989), os conceitos para elas estabelecidos também observam significativas transformações.

Nos últimos anos, frente ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional – e às suas repercussões nos modos de produção, na articulação entre os lugares e, sobretudo, na divisão socioespacial do trabalho –, as discussões em torno do conceito de cidade ganharam novo impulso. Isso porque esse movimento implicou, entre outros, novas estratégias de produção e uso do espaço. Santos (1999) e Sposito *et al.* (2007) destacaram que as articulações entre os lugares eram decorrentes, há décadas, fundamentalmente, da contiguidade. Porém, com o avanço das técnicas, passaram também a ser consequência da conectividade. Desse modo, conteúdos e demandas que têm origem em um determinado ponto do mundo têm a possibilidade de influenciar a organização socioespacial de distintos lugares.

Sposito (1999) colocou com bastante propriedade como o desenvolvimento das tecnologias favoreceu o contundente avanço da urbanização – entendida a partir do aumento da população das áreas urbanas, mas, principalmente, como um conteúdo social e cultural que adquiriu um novo rumo com o desenvolvimento do capitalismo industrial. O conteúdo da cidade, por conta das particularidades desse processo, expandiu-se para além dos seus limites legalmente estabelecidos. Melhor dizendo, cada vez mais as lógicas e determinações lá produzidas alcançam a todos os lugares. Tal situação decorre do fato de que cidade e urbanização formam um par indissociável, o que se evidencia facilmente na medida em que “[...] a cidade está todo o tempo a expressar e sustentar ao processo de urbanização, e sob essa perspectiva sintetiza a dinâmica espaço temporal desse processo” (SPOSITO, 1999, p.85). A mesma pesquisadora acrescentou que a análise desse par possibilita “[...] compreender o espaço urbano como materialidade presente, mas também como processo, como acumulação dos tempos, como expressão das formas como se organizam e reorganizam, tendo em vista a urbanização e suas

determinações” (SPOSITO, 1999, p.86-87). Essa perspectiva, adicionou ela, faz-se possível pelo estudo dos usos do espaço, algo que se define a partir das diferentes práticas sociais. É mister asseverar a necessidade da identificação das especificidades de cada parte da cidade e, ao mesmo tempo, suas articulações com as outras frações do mesmo espaço urbano, bem como a dessa totalidade com os demais espaços urbanos. Trabalhando com esse método, torna-se possível perceber os elementos e processos que constituíram sua espacialidade e, de igual maneira, pode-se compreender o fundamento das mudanças ocorridas nas cidades.

Moura (2009) e Lopes (2009), inquietadas pelos diferentes aspectos dessa nova realidade, empreenderam uma discussão sobre urbano, urbanização e cidade. Analisando diversas proposições e autores, observaram ser impossível pensar a cidade sem falar no urbano, o principal elemento estruturador do espaço, seja ele qual for. Numa dessas observações, Moura tomou de empréstimo as ideias de Sposito¹ (2005 *apud* MOURA, 2009, p.377) quando afirmou que a “cidade é, concomitantemente, um conceito descritivo, que permite apreender uma realidade material concreta, e um imperativo, pois evoca um conjunto de diversas funções sociais [...]”. Ainda influenciada pelas concepções da aludida autora, Moura (2009) descreveu a urbanização como um processo de longa duração, que se iniciou com o surgimento das primeiras cidades e se revelou a partir dos distintos modos de produção, visto que, inequivocamente, representa e favorece a existência da divisão social do trabalho. Corroborando essa ideia com a de outros autores (SOUZA; LINS, 1999; RODRIGUES, 2007² *apud* MOURA, 2009), asseverou que o urbano se revela como uma expressão espacial da produção capitalista, que pode ser entendido, na contemporaneidade, como um modo de vida que atinge praticamente toda a sociedade.

Lopes (2009) também entendeu que a urbanização decorrente da industrialização se difundiu amplamente, adquirindo autonomia em relação ao evento que a gerou. Na mesma linha apresentada por Moura (2009), avaliando teses de autores clássicos e contemporâneos, sobretudo a partir das de Souza³ (1999 *apud* LOPES, 2009, p.409), afirmou que “[...] o urbano é um atributo das aglomerações humanas, que nelas se materializa, mas a elas não se limita, dado que é resultado das múltiplas interações sociais e dos modos de ser, pensar e agir derivados de viver em locais adensados”. Portanto, ainda que com uma abordagem e referencial distintos, concordou com os autores já mencionados: a urbanização se consolida na cidade, atribuindo-lhe forma e conteúdo, mas não se restringe a ela.

Discutindo mais propriamente o conceito de cidade, Moura (2009, p.377) assinalou que se trata do “[...] concreto, o lugar onde vivem os cidadãos, o material,

¹ SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese (Livro Docência) - UNESP, Presidente Prudente, 2005.

² RODRIGUES, A. M. Conceito e definição de cidades. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos. **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan/Observatório das Metrópoles, 2007.

³ SOUZA, M. A. A. de; LINS, S. C. **Metrópole e globalização: conhecendo sobre São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

o conjunto de infraestruturas, equipamentos e toda materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto de cidadãos coabitando [...]”. Nesses termos, é o espaço construído, tendo surgido “[...] como uma unidade social que desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não –, em todas as atividades de direção e de gestão, e no processo inovativo” (MOURA, 2009, p.378). É onde os vários grupos se encontram, possibilitando coexistência, trocas e o compartilhamento de um mesmo território. Essa posição se coaduna com a de Sposito (2006, p.116), para quem a cidade “[...] é espaço propício à realização de atividades que requerem o encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis”.

Na tentativa de estabelecer um conceito operacional de cidade, Lopes (2009) apontou suas características mais gerais considerando, especialmente, as assertivas de Corrêa (1989) e Souza (2003). Entendeu-a como um espaço urbano socialmente construído, que comporta um certo número de habitantes residindo em um aglomerado dotado de algum grau de centralidade econômica, onde se verifica multiplicidade de usos do solo, distintas classes sociais e uma parcela dos residentes ocupada em atividades não agrícolas.

É relevante acrescentar que, para Corrêa (1989), a grande cidade capitalista é o espaço urbano por excelência e, portanto, sua organização se apresenta como resultado do trabalho social. Na tentativa de apreendê-la, o autor verificou que tal espaço se revela, num primeiro momento, como um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, que resultam na fragmentação espacial e na delimitação de áreas distintas. Porém, essas porções da cidade não permanecem isoladas, articulam-se por meio dos fluxos materiais e imateriais. Acrescentou que, como produto da ação social, a cidade apresenta em sua estrutura as marcas do desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, dos conflitos decorrentes das relações de produção. Nesses termos, é um reflexo da sociedade e, concomitantemente, torna-se um dos condicionantes da dinâmica social. O autor sintetizou suas argumentações da seguinte forma:

eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1989, p.9).

Souza (2003) trabalhou com elementos similares. Observando a realidade brasileira verificou que, diferindo do meio rural, da aldeia ou do povoado, as cidades são assentamentos urbanos sobejamente diversificados em termos econômicos e funcionais, e que desempenham o papel de centro de gestão do território. Acrescentou que possuem uma certa centralidade econômica e que sua área de influência pode se circunscrever a seus limites territoriais ou avançar sobre seu entorno imediato, para as cidades vizinhas, ou, conforme a dimensão de sua estrutura, comandar uma rede composta por cidades a média e longa distâncias. Destaca-se,

nessa abordagem, a importância atribuída à cultura que, assim como o poder, “[...] desempenha um papel crucial na produção do espaço urbano e na projeção da cidade para fora de seus limites físicos” (SOUZA, 2003, p.28). Posto isso, afirmou que a cidade não é só local da produção e da gestão, é onde as pessoas se organizam, interagem, “[...] formando grupos de afinidades e de interesses, menos ou mais bem definidos territorialmente, com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base das identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar” (SOUZA, 2003, p.28).

Todos esses autores convergiram, portanto, no entendimento da cidade como um produto histórico-social, que acumula em sua estrutura as marcas de diferentes modos de produção. Trata-se, como bem descrito por Carlos (2004), do trabalho humano materializado, acumulado ao longo de várias gerações; produto, condição e meio de reprodução social. Pensar sobre essa realidade, portanto, implica a necessidade de considerar a sociedade em movimento e, com igual atenção, as práticas cotidianas, verdadeiras construtoras do espaço. De forma instigante, a autora colocou que “esta perspectiva ilumina a armadilha da redução do sentido da cidade àquela de condição de reprodução do capital, ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana” (CARLOS, 2004, p.17). Assim, entende-se a cidade como produto histórico-social, como uma realidade material (o que é sua própria dimensão espacial), cuja forma e conteúdo revelam os processos que a consolidaram no decorrer do tempo.

2 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE CIDADES MÉDIAS

A avaliação das reflexões dos autores mencionados conduz à ideia de que há um relativo acordo no que tange às características e aos processos que dão forma e conteúdo à cidade. Todavia, a criação de uma definição que dê conta da multiplicidade de dimensões que essa realidade comporta é algo que não prima pela simplicidade. Quando o olhar se volta a uma categoria de cidades, a média, essa tarefa se revela ainda mais árdua. De fato, literalmente não há um consenso ou uma concepção cristalizada de cidade média que possa ser utilizada indistintamente nas várias ciências, embora no âmbito de cada uma delas e em diferentes contextos históricos seja possível encontrar algum acordo sobre a matéria.

Para Soares (2005), dada a singularidade e a originalidade que essa categoria possui em relação ao conjunto de cidades, é essencial estabelecer uma definição precisa para o termo cidade média e estudá-la em particular. No entanto, ao mesmo tempo em que se assinala tal necessidade, vem sendo relativamente comum mencionar-se a contundente intensificação do crescimento e da participação dessas cidades na população e economia nacionais. Destaca-se, ainda, a ampliação e transformações de seus papéis e funções. Desse modo, ainda que não haja precisão no seu conceito, essas são reconhecidas por se constituírem em importantes nós da rede urbana nacional (CORRÊA, 2007), e, por isso mesmo, retornaram à pauta de discussão, ganhando importância no meio técnico e científico e nas instâncias de planejamento (CORRÊA,

2007; AMORIM FILHO; SERRA, 2001). Desse modo, ainda que inexistam conceitos e parâmetros mais exatos que permitam estabelecer mais precisamente essa categoria, suas características principais podem ser percebidas quando se estudam as relações entre elas numa determinada escala.

Em uma publicação recente, Sposito (2007) reuniu um amplo número de artigos, elaborados por diferentes pesquisadores, que versavam sobre o tema. Fundamentada nesses trabalhos, verificou a necessidade de atenção em relação ao uso das expressões cidade média e cidade de porte médio. Salientando ser comum empregá-las de forma indistinta, ressaltou que a primeira delas aplica-se a espaços que realizam a intermediação entre as cidades maiores e as menores, ao passo que a segunda se refere ao tamanho demográfico. Por conta disso, mesmo a adoção da expressão cidade média para designar a função dos espaços – nesse caso a de articular centros urbanos de portes distintos – incorre no risco de ser pouco apropriada, visto que pode induzir à ideia de tamanho populacional, de hierarquia e de classificação. Apontou, então, a necessidade de um rigor científico mais aprofundado e recomendou aos pesquisadores um esforço a fim de que se defina com a maior precisão possível seu objeto de estudo.

A preocupação da autora faz sentido, uma vez que os debates sobre a acepção e o emprego da categoria cidade média, na literatura científica em geral, vêm sendo calcados sobremaneira no critério demográfico. Nos anos 1940, por exemplo, uma cidade com mais de 20 mil residentes era chamada de média. Na década de 1970, esse *status* foi conferido a áreas com no mínimo 100 mil pessoas. Castello Branco (2007), tendo como base de análise o contexto nacional mais recente, considerou como cidade média aquela cuja população estivesse numa faixa compreendida entre o limite mínimo de 100 mil e o máximo de 350 mil habitantes. Porém, de modo geral, nas últimas décadas, vem sendo corrente classificar como médias as cidades brasileiras com portes populacionais variando entre 100 mil e 500 mil habitantes. Tendo tal perspectiva como referência e ressaltando a necessidade de considerar as especificidades regionais para relacionar um determinado tamanho demográfico à denominação de cidade média, Motta e Mata (2008) excluíram dessa consideração mais geral as regiões Norte e Centro-Oeste, onde, devido às características de seu sistema urbano regional, as cidades com populações variando entre 50 mil e 100 mil habitantes também podem desempenhar as funções de intermediação.

Confere consistência à proposição acima a argumentação de Santos (2005). De acordo com esse estudioso, para entender a urbanização e o papel das cidades em uma determinada escala geográfica deve-se ter em conta a sociedade tal como se apresenta, mas igualmente o histórico de sua formação, as atividades que nela são realizadas e os objetos de que essas dependem para se efetivar. Na mesma vertente, Souza (2003, p.24) asseverou que

o singular e o particular devem ser entendidos à luz do que é geral (o que não significa, absolutamente, que apenas o que é geral interessa: é necessário, sempre, analisar as variações, as especificidades e as suas causas, e inclusive considerar os fenômenos singulares).

Nesses termos, se existe a decisão de adotar o tamanho populacional como indicador para definir as cidades médias, compete a cada autor, pesquisador ou formulador de política pública, tendo sempre como referência os processos histórico-sociais que levaram à consolidação da estrutura da rede observada, estabelecer o critério demográfico mais pertinente para seu objeto. Por isso mesmo, e acrescentando que “uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera [...]” (SOUZA, 2003, p.30-31), entende-se que no caso dessa região pode-se, também, de forma geral, categorizar como cidades médias aquelas com o corte populacional oscilando em torno de 50 mil a 100 mil habitantes.

Aprofundando o debate sobre a importância do tamanho para entender o papel de um centro, Amorim Filho e Rigotti (2002, p.10) assinalaram que “[...] os limites definidores do pequeno e do médio não são universais ou ubíquos [...]” e que “[...] um critério arbitrário como o volume populacional pode implicar em consideráveis modificações durante um dado período de tempo [...]”. Reportando-se a outros atributos peculiares a esse tipo de cidade, concluíram que, “[...] sendo válidos teoricamente tais critérios, nem toda a *cidade de porte médio* possui as qualidades que podem fazer dela uma *cidade funcionalmente média*” (p. 5). Ademais, “reconhecer uma parcela do território como urbana porque nela se observam níveis de densidade habitacional pode ser o ponto de partida, mas nunca o ponto de chegada para a análise” (SPOSITO, 2006, p.113). Dialogando com a perspectiva proposta por esses autores, tem-se que, além do tamanho, há inúmeros parâmetros, como fluxos de relações, séries históricas de crescimento, padrão funcional, entre outros, que se consubstanciam em medidas da importância de um centro em comparação com os demais. Porém, antes de se pensar em categorizar as cidades, convergindo com o que foi posto por vários dos que se dedicam a esse tema, afirma-se que a clareza quanto ao objetivo do estudo é fundamental. É a partir dele que devem ser escolhidos os indicadores a serem analisados para caracterizar tais núcleos de modo a agrupá-los numa ou noutra categoria.

A preocupação conceitual, outrossim, remete à tentativa de entender, e mesmo superar, as noções mais comumente adotadas para designar cidade média, situação cada vez mais necessária visto que os papéis intermediários na rede urbana têm, progressivamente, se tornado mais complexos e diversificados. Essa situação pode ser vinculada sobretudo, nos últimos anos, às cada vez mais intrincadas relações estabelecidas entre os espaços e às alterações das formas de produção, que contribuíram firmemente para a alteração do raio de influência e da importância dessa categoria. Como ressaltaram Andrade e Serra (1999), Amorim Filho e Serra (2001) e Sposito (2007), desde o final dos anos 1970, quando despontaram processos de desconcentração da produção e da população no País, as cidades médias vêm sendo decisivas na estruturação da rede urbana, isso porque a passagem do modelo fordista para aquele caracterizado pela maior flexibilidade implicou mudanças na divisão regional

do trabalho brasileiro. Exatamente nesse contexto houve a ampliação da participação populacional e econômica desse grupo de cidades frente às demais. E, nesse movimento, além da manutenção do seu tradicional papel de elo entre centros maiores e menores, evidenciou-se, nas cidades médias, o estabelecimento de “[...] novos papéis, desenhados por fluxos de outros tipos, orientados por dinâmicas de complementaridade ou concorrência entre cidades da mesma rede ou de redes urbanas diferentes” (SPOSITO *et al.*, 2007, p.40).

De qualquer maneira, e ainda que seja difícil dar conta de todas as variáveis necessárias, não há como escapar ao fato de que, mesmo sendo uma categoria em construção numa sociedade em acelerada transformação, a determinação de critérios para sua identificação é algo factível. Corrêa (2007) avaliou que a particularidade de uma dada cidade (as funções que desempenha na rede) depende de uma combinação específica de três elementos principais: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano.⁴ O aludido pesquisador argumentou que essas características estão intrinsecamente associadas, e que sua análise deve ser feita à luz de uma localização geográfica. Afirmou ainda que, num mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, o porte populacional, além de prenunciar as dimensões e estrutura do espaço intraurbano, denota maior ou menor participação na economia, o nível de desenvolvimento das funções urbanas ou das atividades básicas, direcionadas essencialmente para fora da cidade, e não básicas destinadas fundamentalmente a atender aos que nela residem.

Amorim Filho (2007) apresentou uma versão mais pormenorizada das particularidades de uma cidade média. Na sua perspectiva, uma cidade que integra essa categoria deve estabelecer intercâmbios constantes e com razoável intensidade, grau de conectividade e qualidade com seu espaço regional e com as aglomerações hierarquicamente superiores; ser capaz de promover a dinamização do espaço rural microrregional que a envolve e apresentar alguma autonomia na geração de parte de seus equipamentos de relações externas. No que tange a sua morfologia interna, ressaltou como essenciais os seguintes aspectos: presença de um centro relativamente complexo onde se responda mais do que às demandas dos habitantes locais; existência de um número razoável de subcentros, que atendam às necessidades dos seus moradores; e que conte com uma periferia cuja evolução ocorra de forma descontínua espacialmente, e repentina, em termos temporais, o que produz uma estrutura polinucleada. De posse desse rol de elementos, o autor acrescentou que algumas dessas características, de forma geral, variam de uma região para outra, a depender do nível de desenvolvimento, da posição geográfica e das condições histórico-sociais de formação de cada uma delas.

⁴ Para Corrêa (2007, p.33), tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano são aspectos que, combinados de formas específicas, permitem categorizar uma cidade como pequena, média, grande ou metrópole. Porém, acrescentou que esses elementos não são suficientes para construir o objeto cidade média. “O pressuposto da conexão entre tamanho demográfico, funções urbanas e espaço intraurbano pode ser contestado. Mais que isto, parece ser necessário incluir outros elementos que podem afetar a organização interna da cidade, a saber, entre outros, o sítio da cidade, o plano urbano, a natureza das atividades básicas, a renda da população, a antiguidade da cidade e a natureza das políticas públicas locais.”

Do mesmo modo, ressaltou que a noção de cidade média não se equivale necessariamente à de centro de polarização regional ou microrregional, visto que as relações das ditas cidades nem sempre implicam dominação de seu entorno, podendo ser de estímulo, dinamização e, em alguns casos, de dependência.

Frente a essa situação, uma definição de cidade média pressupõe o conhecimento e a associação de diversos elementos e critérios, situação que contribui para dificultar um consenso sobre o tema. Ademais, como bem colocou Corrêa (2007, p.23), além de sua identificação depender dos objetivos da análise e da dimensão da rede em avaliação, “[...] trata-se de discutir uma noção vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada de idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens da grande”. Nessas condições, “conceituar cidade média exige um esforço de abstração, de estabelecer a unidade daquilo que é pouco conhecido, que aparece como muito diversificado” (CORRÊA, 2007, p.25). Essas questões findam por exigir a construção de conceitos operacionais tanto para a elaboração de estudos acadêmicos quanto para os projetos voltados à aplicação das políticas governamentais.

3 EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NA BAHIA

Na Bahia, ao longo dos séculos, prevaleceram cidades de tamanho populacional bastante reduzido. Considerando os resultados dos últimos censos demográficos, ainda que se evidencie a propensão em diminuição de sua participação relativa no total estadual, as sedes municipais com tamanhos inferiores a 20 mil habitantes eram predominantes. Em 1980, representavam 91,4% das existentes no estado e, em 2010, significavam 84,9% do mesmo total. Todavia, em valores absolutos, aumentou o número desses centros: de 307 passaram a 354, em 1980 e 2010, respectivamente (tabela 1). É interessante assinalar que, entre as cidades de menor tamanho demográfico, o conjunto mais relevante era o que contava com cidades com portes variando entre 5 mil e 10 mil habitantes (em 2010, eram 141 unidades ou 33,8% do total).

TABELA 1 - NÚMERO DE SEDES MUNICIPAIS SEGUNDO CLASSE DE TAMANHO DE POPULAÇÃO - BAHIA - 1980/2010

| CLASSE DE TAMANHO DE POPULAÇÃO | QUANTIDADE ABSOLUTA | | | | PARTICIPAÇÃO RELATIVA | | | |
|--------------------------------|---------------------|------|------|------|-----------------------|-------|-------|-------|
| | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Acima de 500.000 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 |
| De 40.001 a 500.000 | 10 | 23 | 27 | 32 | 3,0 | 5,5 | 6,5 | 7,7 |
| De 100.001 a 500.000 | 3 | 5 | 9 | 11 | 0,9 | 1,2 | 2,2 | 2,6 |
| De 50.001 a 100.000 | 5 | 9 | 11 | 12 | 1,5 | 2,2 | 2,7 | 2,9 |
| De 40.001 a 50.000 | 2 | 9 | 7 | 9 | 0,6 | 2,2 | 1,7 | 2,2 |
| De 20.001 a 40.000 | 18 | 15 | 25 | 30 | 5,4 | 3,6 | 6,0 | 7,2 |
| Inferior a 20.000 | 307 | 376 | 362 | 354 | 91,4 | 90,6 | 87,2 | 84,9 |
| De 10.001 a 20.000 | 32 | 61 | 71 | 80 | 9,5 | 14,7 | 17,1 | 19,2 |
| De 5.001 a 10.000 | 65 | 95 | 125 | 141 | 19,3 | 22,9 | 30,1 | 33,8 |
| De 1.000 a 5.000 | 184 | 203 | 162 | 131 | 54,8 | 48,9 | 39,0 | 31,4 |
| Inferior a 1.000 | 26 | 17 | 4 | 2 | 7,7 | 4,1 | 1,0 | 0,5 |
| Bahia | 336 | 415 | 415 | 417 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1980,1991, 2000 e 2010

Já aquelas com os maiores contingentes populacionais, no período em questão, cresceram sucessivamente em termos absolutos e proporcionais. Ainda assim, tinham uma presença pouco expressiva no estado. Com mais de 500 mil residentes, só havia uma cidade, a capital, Salvador⁵. Tendo como referência as sedes municipais cujos portes oscilavam entre 40 mil e 500 mil moradores, existiam 10, em 1980, e 32, em 2010. Em consequência, nesses anos, sua participação relativa, ainda que permanecesse pequena, elevou-se de 3,0% para 7,7%, correspondentemente. Note-se que, no último ano censitário, com 100 mil e 500 mil moradores, verificava-se tão-somente 11 ou 2,6% cidades na Bahia. Entre essas, duas estavam na Região Metropolitana de Salvador (RMS): Camaçari e Lauro de Freitas. Em outras porções do estado, tinha-se Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Jequié, Alagoinhas, Teixeira de Freitas e Barreiras. Considerando que aqueles centros localizados nas regiões metropolitanas estão, de forma geral, integrados à dinâmica da metrópole e, por isso, não desempenham funções de intermediação (CASTELLO BRANCO, 2007; SANTOS, 2009), esse último grupo, composto pelos não metropolitanos, como vários estudos sobre o estado apontaram, efetivamente possuem centralidade, papéis e estrutura que lhes conferem a condição de cidade média, nos moldes da discussão anteriormente realizada.

Acrescenta-se que, além de quantitativamente reduzidos, os centros urbanos mais proeminentes em termos populacionais estavam localizados, principalmente, ao longo da costa oceânica da Bahia e relativamente próximos ou mesmo nos seus limites político-administrativos (figura 1). Desse modo, numa grande parcela do estado, especialmente na parte central do semiárido, inexístiam sedes de maiores proporções demográficas, cujo tamanho denotasse, *a priori*, possibilidade de realizar atividades compatíveis com o papel de intermediação.

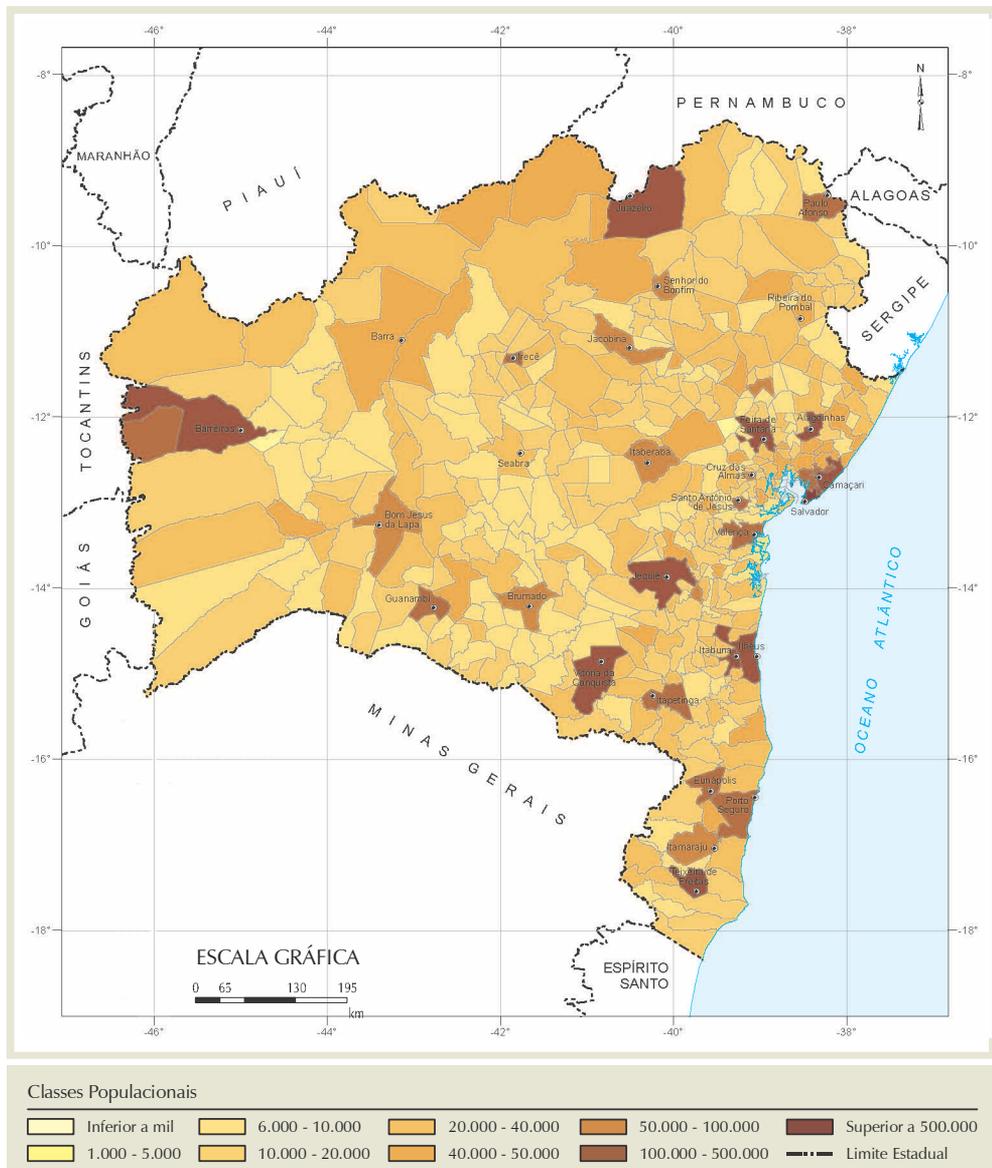
Da observação da tabela 1 e da figura 1, tem-se, pois, a permanência de uma reduzida proporção de municípios com tamanhos demográficos significativos. Depreende-se, também, que subsistem, ainda atualmente, fenômenos que resultaram em dinâmicas urbanas particulares às regiões litorânea, fronteira e central. Em relação a elas, pode-se vislumbrar que, além das peculiaridades dos processos que lhes deram origem, muito possivelmente há distinções no que concerne aos papéis que são capazes de exercer na rede, bem como na forma como se articulam com as demais.

A localização dos maiores centros, é necessário assinalar, encontra raízes nos processos históricos de concentração da população e das estruturas produtivas estaduais, na antiga vinculação de sua economia ao modelo agroexportador e na forma pela qual a Bahia foi inserida na lógica da divisão regional do trabalho quando da difusão da industrialização no País. Conforme averiguado por Dias, Araújo e Vidal (2011), as distintas políticas de desenvolvimento direcionadas ao Nordeste, bem como aquelas que presidiram a dinâmica de redistribuição da economia verificada, sobretudo,

⁵ Em 2010, assim como ocorre desde 1960, apenas a cidade de Salvador registrou contingente superior a 500 mil habitantes.

a partir dos anos 1990 – que efetivamente colaboraram para a alteração do papel e importância de alguns municípios na rede urbana estadual –, não tiveram grande repercussão no que tange à ampliação do número de unidades com maior porte populacional, vale dizer, na melhor distribuição da população no território baiano.

FIGURA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NAS SEDES MUNICIPAIS - BAHIA - 2010



FONTES: IBGE, Censo Demográfico de 2010 e SEI, Sistema de Dados Estatísticos, 2011. Dados Sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPESP

NOTA: Elaboração: SEI/DIGED/CARTGEO.

Nesses termos, faz-se necessário lembrar que, tal como proposto por Corrêa (2007), Motta e Mata (2008), M. Santos (2005), Amorim Filho (2007) e J. Santos (2009), entre outros, a compreensão da importância do tamanho demográfico deve ser avaliada considerando o contexto ou a rede em que um determinado centro está inserido. Reforçando tal ideia, adiciona-se que, para Michel⁶ (1977 *apud* AMORIM FILHO, 2007, p.71), “[...] os níveis populacionais que balizam as cidades médias devem pertencer às categorias intermediárias no conjunto total das cidades da região de que fazem parte”. Ademais, “[...] aspectos ligados às funções de intermediação dentro de redes urbanas, assim como à posição geográfica da aglomeração, são tão ou mais importantes do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias” (AMORIM FILHO, 2007, p.73).

Com base em tais teses, avaliando as condições histórico-sociais de consolidação da rede urbana da Bahia, o padrão de distribuição da população e a localização de seus maiores núcleos urbanos, preliminarmente, e a título de operacionalizar uma investigação sobre a dinâmica do estado, supôs-se que também exerçam papel de intermediação entre cidades com dessemelhantes cortes demográficos e posições hierárquicas, sedes municipais com populações inferiores a 100 mil habitantes, normalmente o “limite máximo” para categorizar uma cidade como média no Brasil.

Propõe-se, a partir dos elementos citados, ter como referência para identificar as cidades médias baianas um tamanho de população igual ou superior a 40 mil habitantes e igual ou inferior a 500 mil habitantes. Esse patamar mínimo tem como base a população média das cidades baianas, em 2010 – uma referência importante conforme alguns dos autores citados neste texto –, algo em torno de 23 mil habitantes. Ademais, reforçando a ideia da construção de um objeto de estudo qualificado, considerou-se que tal papel se evidenciaria ainda por meio da expressão de um nível de centralidade que estaria além de seu entorno imediato.

Em relação a esse último critério, o nível de centralidade, na ausência de estudos mais recentes e aprofundados sobre a rede urbana baiana, adotou-se, como principal parâmetro para identificá-lo, o trabalho intitulado *Regiões de Influência das Cidades*, o REGIC, de 2007 (IBGE, 2008)⁷. Tal opção decorreu da convergência de seus resultados com os de pesquisas efetivadas, entre os anos 1980 e início dos 1990, sobre a dinâmica urbana estadual⁸, bem como com trabalhos feitos, principalmente nas universidades, sobre algumas regiões e municípios do estado.

⁶ MICHEL, M. Ville moyenne, ville moyen. *Annales de Géographie*, Paris: Société de Géographie, v.86, n. 478, p.641-685, sep./oct. 1977.

⁷ No REGIC 2007, as capitais regionais foram caracterizadas como aquelas “com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por um grande número de municípios” (IBGE, 2008, p.11). Aos centros sub-regionais foram atribuídas as seguintes peculiaridades: serem centros de gestão de atividades menos complexas, terem área de atuação mais reduzida e terem, de forma geral, relacionamentos com centros externos a sua rede reduzidos às três metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília).

⁸ Como mencionado na introdução, as pesquisas a que se faz referência tinham como resultado, normalmente, a hierarquização dos municípios a partir de um ou mais indicadores.

Com o propósito de discutir as características e funções das cidades médias da Bahia, portanto, estabeleceu-se como pressuposto metodológico básico a sua identificação os seguintes atributos: (i) registrar população oscilando entre 40 mil e 500 mil habitantes, conforme os resultados do Censo Demográfico de 2010; (ii) não estar localizada na RMS; e (iii) apresentar-se na condição de capital regional ou centro sub-regional de acordo com o REGIC, de 2007. Em relação a tal trabalho, cabe ainda pontuar que se entende ser provável a existência de cidades baianas que não estejam nessas categorias, mas que se constituam em cidades médias. Para reconhecê-las, cabe uma avaliação mais detalhada de suas características e localização.

Aplicada essa primeira condição, partiu-se para a avaliação da posição geográfica de tais centros em relação aos demais e às principais vias de circulação do estado, verificando-se em qual das tradicionais regiões baianas (litoral, semiárido e oeste) se localizavam.

Cabem algumas ponderações adicionais em relação ao corte demográfico aqui adotado, pouco usual em estudos de âmbito nacional ou regional. A primeira diz respeito ao fato de que o tamanho populacional deve ser entendido como uma referência e, para pensar em cidade média, deve-se considerar um porte que reflita a média da escala em análise. Uma segunda relaciona-se às especificidades da formação da rede urbana da Bahia, estado que conta com cerca de 60% do seu território no semiárido. Sua difícil e tardia ocupação, a histórica falta de políticas públicas que efetivamente permitissem o desenvolvimento dos seus municípios *vis-à-vis* os processos que ocorreram nas porções litorâneas e fronteiriças resultaram na permanência de população rarefeita numa vasta porção daquela área. Note-se ainda que, no seminário, entre aqueles municípios que revelaram importância econômica e demográfica, em tempos pretéritos, poucos ainda guardam centralidade e participação populacional ou econômica de destaque.

Essa situação pode ser captada, por exemplo, pela leitura de um trabalho elaborado no âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1997). Tendo em conta a participação na produção, no contingente populacional e papel na articulação dos fluxos, verificou-se que, no final dos anos 1990, 28 cidades exerciam um papel de “liderança” na rede urbana baiana. Subdivididas em dois grupos por ordem de importância, destacou-se a rede urbana principal, tal como seus autores chamaram, formada pelas sedes municipais de Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras. E a rede secundária, também com grande relevância na organização territorial do estado, era composta por Jequié, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Jacobina, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Serrinha, Cruz das Almas, Brumado, Irecê, Itamaraju, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba.

Chama-se atenção para algumas das conclusões daquele trabalho, a exemplo da avaliação da maior densidade das redes formadas pelos centros do litoral, o que se

trata do “[...] reflexo da circulação realizada entre o Centro-Sul e Nordeste, com ênfase em Salvador, e a produção agrícola ou agroindustrial das suas mediações” (SUPERINTENDÊNCIA, 1997, p.122). Igualmente, ressalta-se que as rodovias federais e/ou estaduais – BR-101, BR-116 e BR-415/BA-263 – faziam-se fundamentais à circulação e à concepção de uma rede de cidades comerciais. Comparando a organização e as possibilidades de articulação dessas sedes municipais litorâneas àquelas mais relevantes do “miolo da Bahia”, notou-se que as últimas achavam-se mais isoladas no território e estavam menos articuladas entre si. Ademais, de forma geral, as relações dessas cidades com aquelas que estavam sob sua influência caracterizavam-se, fundamentalmente, pela dependência.

De fato, a análise de diferentes trabalhos, que tratam de questões referentes à dinâmica urbana baiana, indica que mesmo que no semiárido estejam cerca de 260 municípios, destacavam-se pelo papel na articulação dos fluxos estaduais apenas Guanambi, Irecê, Jacobina, Bom Jesus da Lapa, Itaberaba e Senhor do Bonfim (SUPERINTENDÊNCIA, 2010).

Retornando à questão do tamanho populacional, verificou-se que 32 sedes municipais baianas registraram entre 40 mil e 500 mil habitantes, em 2010. Entre estas, cinco estavam nas RMs – Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias e Dias d’Ávila –, o que as exclui da possibilidade de serem cidades médias.

Relacionando a informação de porte demográfico aos resultados do REGIC 2007, mais seis cidades não apresentavam características compatíveis com o que aqui foi estabelecido para definir as cidades médias do estado. Porto Seguro, Itapetinga, Itamaraju, Serrinha e Ipiáú, que foram classificadas como centro de zona, e Luís Eduardo Magalhães. Esta, que contava com 54.881 cidadãos, estava na categoria de centro local, embora, nos últimos anos, tenha se destacado pela dinâmica econômica. As demais respondiam a demandas de um restrito grupo de centros urbanos e estavam no âmbito de influência de outros núcleos que, tradicionalmente, desempenham papéis de polo regional.

Nesses termos, pela articulação dos indicadores proposta, ter-se-iam, então, 21 cidades médias. Todavia, em 6 de julho de 2011, por meio de Lei Complementar, foi instituída a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). A partir daquela data, oficialmente, Feira de Santana foi colocada na condição de metrópole. Evidentemente, tal condição, na *práxis*, não passa do atendimento a fins político-administrativos. Tendo em conta tal fato – ainda que se questione se seu perfil e características a coloquem nessa categoria –, com os dados do Censo Demográfico de 2010 e os do REGIC 2007, decidiu-se considerar como cidades médias apenas as sedes municipais de Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Barreiras (capitais regionais), Jequié, Teixeira de Freitas, Alagoinhas, Eunápolis, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Valença, Irecê, Guanambi, Senhor do Bonfim, Cruz das Almas, Itaberaba, Jacobina, Brumado e Bom Jesus da Lapa (classificados como centros sub-regionais) - tabela 2.

TABELA 2 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA, DA SEDE MUNICIPAL E RURAL DE 2010, CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O REGIC 2007 E LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS - BAHIA

| MUNICÍPIO | POPULAÇÃO ABSOLUTA | | | | CLASSIFICAÇÃO NO REGIC | LOCALIZAÇÃO |
|------------------------------------|--------------------|---------|----------------|--------|------------------------|-----------------------|
| | Total | Urbana | Sede Municipal | Rural | | |
| Capital Regional | | | | | | |
| Vitória da Conquista | 306.866 | 274.739 | 260.260 | 32.127 | Capital Regional B | Semiárido e fronteiro |
| Itabuna | 204.667 | 199.643 | 199.643 | 5.024 | Capital Regional B | Litoral |
| Juazeiro | 197.965 | 160.775 | 151.336 | 37.190 | Capital Regional C | Semiárido e fronteiro |
| Ilhéus | 184.236 | 155.281 | 148.577 | 28.955 | Capital Regional B | Litoral |
| Barreiras ⁽¹⁾ | 137.427 | 123.741 | 123.741 | 13.686 | Capital Regional C | Oeste e fronteiro |
| Centro Sub-regional | | | | | | |
| Jequié | 151.895 | 139.426 | 136.470 | 12.469 | Centro Sub-regional A | Semiárido |
| Teixeira de Freitas ⁽²⁾ | 138.341 | 129.263 | 128.482 | 9.078 | Centro Sub-regional A | Litoral |
| Alagoinhas | 141.949 | 124.042 | 122.281 | 17.907 | Centro Sub-regional B | Litoral |
| Eunápolis | 100.196 | 93.413 | 93.413 | 6.783 | Centro Sub-regional B | Litoral |
| Paulo Afonso ⁽³⁾ | 108.396 | 93.404 | 93.404 | 14.992 | Centro Sub-regional A | Semiárido e fronteiro |
| Santo Antônio de Jesus | 90.985 | 79.299 | 79.299 | 11.686 | Centro Sub-regional A | Litoral |
| Valença | 88.673 | 64.368 | 59.476 | 24.305 | Centro Sub-regional B | Litoral |
| Irecê | 66.181 | 61.019 | 58.350 | 5.162 | Centro Sub-regional A | Semiárido |
| Guanambi | 78.833 | 62.565 | 58.111 | 16.268 | Centro Sub-regional A | Semiárido |
| Senhor do Bonfim | 74.419 | 57.566 | 49.975 | 16.853 | Centro Sub-regional B | Semiárido |
| Cruz das Almas | 58.606 | 49.885 | 49.885 | 8.721 | Centro Sub-regional B | Litoral |
| Itaberaba | 61.631 | 48.485 | 48.485 | 13.146 | Centro Sub-regional B | Semiárido |
| Jacobina | 79.247 | 55.868 | 47.587 | 23.379 | Centro Sub-regional A | Semiárido |
| Brumado | 64.602 | 45.131 | 43.955 | 19.471 | Centro Sub-regional B | Semiárido |
| Bom Jesus da Lapa | 63.480 | 43.099 | 41.555 | 20.381 | Centro Sub-regional B | Semiárido |
| Ribeira do Pombal | 47.518 | 29.756 | 29.756 | 17.762 | Centro Sub-regional B | Semiárido |
| Centro de Zona | | | | | | |
| Seabra | 41.798 | 20.277 | 19.535 | 21.521 | Centro de Zona A | Semiárido |

FONTES: IBGE - Censo Demográfico de 2010, REGIC 2007, SEI - Sistema de Dados Estatísticos, 2011

- (1) De acordo com os resultados do REGIC 2007, esse município e aqueles que são por ela polarizados integram tanto a rede de Salvador quanto a de Brasília (Metrópole Nacional).
- (2) De acordo com os resultados do REGIC 2007, este município, assim como aqueles por ele polarizados, integram a rede comandada por Vitória, capital do Espírito Santo, classificada como Capital Regional A.
- (3) De acordo com os resultados do REGIC 2007, este município, assim como aqueles por ele polarizados, compõem a rede de Aracaju, capital de Sergipe, classificada como Capital Regional A. Esta, por sua vez, compõe a rede de influência de Salvador.

A observação da localização desses municípios no território baiano (figura 2) permite algumas constatações adicionais. Evidencia-se que as principais cidades do litoral estão mais próximas e conectadas por vias de circulação do que as das demais regiões baianas. Outra nota plausível é a de que a rede formada no entorno da capital é a mais densa. Do mesmo modo, a permanência de um relativo vazio de cidades potencialmente capazes de realizar o papel de intermediação no centro do semiárido, bem como na sua porção nordeste, levanta a hipótese de que cidades menores tenham importância na articulação dos centros dessas regiões, caso de Seabra, no semiárido, e Ribeira do Pombal, no nordeste.

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS E CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O REGIC 2007 - BAHIA



FONTES: IBGE, Censo Demográfico de 2010, REGIC 2007 e SEI, Sistema de Dados Estatísticos, 2011. Dados Sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPESP

NOTA: Elaboração: SEI/DIGED/CARTGEO.

Além da referida observação do mapa, a hipótese de que essas integrem a categoria cidade média assenta-se no fato de que, embora registrassem a população da sede inferior ao corte demográfico aqui adotado, tinham, de acordo com o

REGIC 2007, como centro com classificação imediatamente superior à capital e polarizavam, cada uma, um grupo formado por cerca de 10 cidades. Acrescente-se que, embora Seabra tivesse sido classificada como centro de zona, Ribeira do Pombal foi reconhecida como centro sub-regional. Nesses termos, optou-se por incluí-las nessa categoria, ainda que se considere que caiba avaliar com maior detalhamento suas características e papéis na rede, ao longo das últimas décadas.

Nesses termos, utilizando-se os elementos mencionados, associados aos levantamentos bibliográficos sobre o tema, é pertinente argumentar que as cidades que possuem papéis significativos de intermediação na rede urbana da Bahia são: Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Barreiras, Jequié, Teixeira de Freitas, Alagoinhas, Eunápolis, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus, Valença, Irecê, Guanambi, Senhor do Bonfim, Cruz das Almas, Itaberaba, Jacobina, Bom Jesus da Lapa, Seabra e Ribeira do Pombal (ver tabela 2). Todavia, assinala-se que, para entender com maior propriedade sua função na estruturação do espaço estadual, cabem estudos mais apurados para verificar o grau e a intensidade das relações dessas cidades com as demais de sua rede e sua relevância econômica. Do mesmo modo, deve-se investigar a organização dos seus espaços intraurbanos e o efeito que a proximidade existente entre algumas delas pode ter para limitar seu raio de influência.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

O que se pode considerar como verdade nos discursos sobre o tema das cidades médias? Uma primeira resposta possível se refere à inexistência de um consenso no que tange ao seu conceito. No entanto, a relativa convergência em relação aos atributos que as caracterizam possibilita sua identificação e a formulação de conceitos operacionais, estabelecidos em conformidade com os propósitos daqueles que tomam essa categoria como objeto de estudo. Uma segunda observação diz respeito ao fato de que, ainda que normalmente acompanhado de outras informações e de algumas ponderações, o tamanho demográfico vem sendo o critério mais frequentemente aplicado para reconhecê-las. Uma terceira, que pode ser extraída das várias referências sobre o tema, está associada a sua função: as cidades médias, ou, como muitos as nomeiam, intermediárias, têm desempenhado papel de núcleo estratégico nas redes urbanas, constituindo elos entre o espaço urbano e o regional. Uma quarta resposta pertinente: o crescimento do número de cidades que participam dessa categoria e sua importância na dinâmica socioeconômica brasileira vêm sendo cada vez mais significativos.

É possível, desse modo, fazer algumas afirmações sobre as características das cidades médias. Destaca-se a necessidade de pensá-las como unidades articuladas a um sistema de cidades, com capacidade de adensar fluxos e relações materiais e imateriais. Igualmente, há de se considerar que são dotadas de um nível de centralidade que extrapola seu entorno próximo e que apresentam capacidade de

conferir complexidade a funções e papéis específicos. Por isso mesmo, e frente às possibilidades engendradas pelo desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, tendem a ampliar a abrangência de sua rede, caracterizada, no presente, tanto pela continguidade como pela conectividade (SANTOS, 1999).

Pensando-se na Bahia, nos processos que resultaram na configuração de sua rede e em suas cidades médias, sabendo-se que a sociedade brasileira tem passado por constantes transformações e que seus múltiplos espaços vêm mudando intensa e rapidamente de papéis e de posição em diferentes sistemas urbanos, cabem algumas indagações. Que dinâmicas e agentes sociais foram responsáveis pela consolidação da estrutura de sua rede urbana? O que a caracteriza e que papéis suas cidades médias vêm assumindo nas últimas décadas? Que diferenças e semelhanças há entre as cidades médias baianas? Como vivem e sobrevivem seus habitantes? Em que medida suas características se aproximam ou distanciam daquelas localizadas nos demais estados brasileiros? E mais, concordando com as questões colocadas por Corrêa (2007, p.33) e aplicando-as à realidade estadual, “qual a natureza, intensidade e alcance espacial das relações econômicas das cidades médias? [...] qual o destino da cidade média?”.

Sem a pretensão de responder aqui a tais indagações (que foram apresentadas com o intuito de apontarem problemas de pesquisa), assevera-se que para avançar na sua avaliação é preciso ter como pressuposto que as cidades médias não podem ser mais tratadas apenas como o foram em outros contextos históricos — ou seja, como núcleos de contenção de demandas e de fluxos migratórios que se dirigiam aos grandes centros —, mas como espaços capazes de contribuir, por meio de implementação de ações governamentais, para a redução das desigualdades regionais.

Nesses termos, entre os papéis que tendem a desempenhar hodiernamente, há de se considerar e fortalecer a possibilidade de se constituírem em núcleo de apoio e de polo de serviços a aglomerações menores, o que implica a provável criação de oportunidades para melhoria das condições de vida dos cidadãos que nelas residem, daqueles que estejam no entorno rural, ou mesmo dos que morem em municípios próximos. Dessa maneira, entende-se que, embora com uma perspectiva distinta da tradicional, “[...] hoje como outrora, as cidades médias continuam a ser valorizadas como um fator de equilíbrio para as redes e hierarquias urbanas de muitos países, principalmente aqueles em que a dissimetria entre as cidades grandes e pequenas é mais forte” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p.27).

Outrossim, nas últimas décadas, há de se evidenciar a condição assumida pelas cidades médias, de eixos de transportes e de desenvolvimento. Tornaram-se, pois, dada a sua posição geográfica e na rede urbana, núcleos de dinamização do crescimento regional dada sua capacidade de realizar a articulação entre os espaços, uma função que nem pode ser muito concentrada (nas poucas grandes cidades) tampouco excessivamente dispersa (nos inúmeros pequenos centros urbanos). Essa característica retroalimenta sua tradicional função de “pivô de articulação” e confere

a elas a capacidade de atrair atividades que prescindem da aglomeração, em especial aquelas referentes à inovação tecnológica.

Por isso mesmo, tais cidades vêm se apresentando como locais atrativos ao capital industrial, nacional ou estrangeiro. Dita atração, via de regra, tem ocorrido por determinadas condições ofertadas por essa categoria de cidades, seja em termos da infraestrutura urbana seja pelos custos da instalação associados à localização. De modo geral, uma dessas condições decorre dos custos associados à menor aglomeração em relação às áreas situadas mais próximas às metrópoles; outra se relaciona a sua posição geográfica, normalmente estratégica, para a circulação.

Essa atratividade ao capital industrial traz a perspectiva de ampliação da produção e da oferta de empregos, e a conseqüente demanda por equipamentos comerciais e de serviços cada vez mais especializados e qualificados. Por isso, as cidades médias passaram a se constituir, também, em lugares propícios à implantação de empreendimentos imobiliários destinados às pessoas com maior poder aquisitivo. Essa situação pode se refletir ainda na ampliação do mercado consumidor, na maior sofisticação dos serviços prestados, mas, igualmente, no aumento da pobreza e na consolidação de processos de segregação socioespacial, algo que vem sendo discutido por diversos pesquisadores.

Tendo em vista, principalmente, a possibilidade de dissociação territorial entre o lugar de gestão/comando/controle (cada vez mais centralizado espacialmente nas metrópoles) e o lugar da produção industrial (desconcentrado ao longo do território) – viabilizado pelo avanço das técnicas –, é mister asseverar os novos papéis urbanos assumidos por várias cidades médias brasileiras, marcando mudanças na sua estrutura e nos fluxos que articulam. Nessa óptica, sua distribuição e papel na rede urbana devem ser avaliados tendo-se em mente as dinâmicas intrarregionais, as lógicas que repercutiram em sua localização e as especificidades históricas e funcionais dos lugares. Mas, sobretudo, deve-se considerar os processos de divisão social e espacial do trabalho.

Porém, a par de todas as argumentações e constatações, a pergunta que orienta esse debate é: por que estudar as cidades médias? Por que identificar e discutir as cidades médias baianas?

Segundo Corrêa (2007), seja na esfera do planejamento seja na da academia, tal iniciativa tem como mérito representar um esforço de síntese em torno de uma noção que ainda não foi solidamente construída em nenhum desses âmbitos. Em relação ao planejamento, ressaltou que, embora em outros tempos tivesse sido objeto de políticas específicas, a falta de base teórica relacionada ao conhecimento do tema rede urbana vem impossibilitando sua análise de forma mais consistente e, em decorrência, a construção de ações particulares para categoria de cidades médias, pensadas, no âmbito dessa rede, em relação às demais.

No que tange à academia, de acordo com o mesmo autor, também se requer o avanço na questão. Tal se justifica pela necessidade de estimular um debate mais amplo em torno do tema cidade média, o que inclui a aproximação a um

conceito mais consensual. Com esse propósito, Corrêa (2007) sugeriu a realização de estudos de casos; comparativos; ou ainda os exploratórios.

Tentando aliar o viés teórico ao empírico, portanto, e concordando com as ideias aqui apresentadas, procurou-se responder à questão anterior. Partiu-se do entendimento de que, de forma geral, a estrutura das cidades e mesmo a dinâmica da urbanização respondem às alterações resultantes da divisão social e espacial do trabalho. Além disso, acredita-se que a cidade é principalmente espaço de vida, de encontro, do cotidiano, e que cada lugar guarda especificidades condizentes com sua produção ao longo da história. Desse modo, para que se possa pensar em políticas públicas a elas aplicáveis, torna-se fundamental verificar suas especificidades e funções na rede (em relação às maiores e às menores unidades) e conhecer sua organização intraurbana.

Pensando-se propriamente na Bahia, estado que possui uma rede urbana marcada pela assimetria entre seus centros, pela extrema concentração populacional, pela dispersão e pouca articulação dos seus maiores centros, onde convivem formas modernas e tradicionais de produção, tem-se, inicialmente, que compreender a dinâmica e as características de suas cidades médias constitui-se numa estratégia para propor ações com vistas a minimizar as desigualdades socioespaciais. Considera-se, fundamentalmente, que estudá-las significa buscar compreender o papel de uma porção importante do território, a partir do qual se pode atender às demandas de uma parcela significativa da população, proporcionando condições de elaboração de políticas para obtenção de melhores investimentos (em termos de volume e de especificidades) e, conseqüentemente, de dinamização socioeconômica de um determinado espaço regional e de melhoria das condições de vida dos seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.69-87.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. p.1-22. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST25_Amorim_texto.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2008.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ANDRADE, Thompson Almeida. SERRA, Rodrigo Valente. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas: ABEP, v.16, n.1/2, p.19-42, jan./dez. 1999.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.89-111.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.23-33.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DIAS, Patricia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena; VIDAL, Francisco Baqueiro. Principais municípios da Bahia: considerações sobre sua dinâmica populacional. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.21, n.2, p.351-370, jan./abr. 2011.

IBGE. **Regiões de influência das cidades** - 2007. Rio de Janeiro, 2008.

LOPES, Diva Maria Ferlin. Cidades pequenas são urbanas? O urbano possível. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.19, n.2, p.395-412, jul./set. 2009.

MOTTA, Diana; MATA, Daniel. Crescimento das cidades médias. **Boletim Regional Urbano**. Brasília: IPEA, n.1, p.33-38, dez. 2008. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bru/bru_01.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

MOURA, Rosa. A cidade em transformação: processos, conceitos e novos conteúdos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.19, n.2, p.377-393, jul./set. 2009.

SANTOS, Janio. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.19, n.2, p.499-509, jul./set. 2009.

SANTOS, Milton. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. p.55-75

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidades médias: uma revisão bibliográfica. In: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos (Org.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.273-285.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.35-67.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão campo-cidade: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.).

Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.111-130.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade. Reflexões para um debate sobre as formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p.83-99.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Sobre novas possibilidades e perspectivas:

historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In:

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição.

São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.9-20.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.

Referenciais para a análise da dinâmica urbana do estado da Bahia 1998-2008:

relatório II. Salvador: SEI, 2010. Projeto Rede Urbana do Brasil e da América do Sul.

Pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Cidades da Bahia.** Salvador: SEI, 1997. (Série Estudos e pesquisas, 35).

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade.**

Ilhéus: Editus, 1999.